

**Despacho (extrato) n.º 15588/2016**

Por despacho de 12-10-2016, do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, nos termos previstos na lei, foi autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo com o seguinte pessoal docente, para a Escola Superior de Saúde de Viseu do IPV.

Doutor Carlos Manuel de Sousa Albuquerque, como Professor Adjunto Convocado, em regime de tempo parcial 29,2 %, com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 185, do vencimento de Professor Adjunto em tempo integral, no período de 17-10-2016 a 31-12-2016.

Mestre Andreia Henriques Gonçalves, como Assistente Convivada, em regime de tempo parcial 16,7 %, com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 100, do vencimento de Assistente em tempo integral, no período de 17-10-2016 a 11-11-2016.

Mestre Francisco Miguel Lopes dos Anjos Marques, como Assistente Convivado, em regime de tempo parcial 16,7 %, com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 100, do vencimento de Assistente em tempo integral, no período de 17-10-2016 a 11-11-2016.

Mestre Rui Manuel Tavares Dionísio, como Assistente Convivado, em regime de tempo parcial 20,8 %, com a remuneração mensal ilíquida

correspondente ao escalão 1, índice 100, do vencimento de Assistente em tempo integral, no período de 17-10-2016 a 03-02-2017.

6 de dezembro de 2016. — O Administrador do Instituto Politécnico de Viseu, *Mário Luís Guerra de Sequeira e Cunha*.

210097341

**Despacho (extrato) n.º 15589/2016**

Por despacho de 07-10-2016, do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, ao qual foi atribuída eficácia retroativa, foi autorizada a celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com o Doutor João Rodrigo Gonçalves Goiana Mesquita, como Professor Adjunto, ao abrigo dos n.ºs 1 alínea b) e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45/2016 de 17 de agosto, para o exercício de funções na Escola Superior Agrária de Viseu, com efeitos à data de 18-08-2016, posicionado no escalão 1 índice 185 da tabela remuneratória do pessoal docente do ensino superior politécnico, em regime de tempo integral e exclusividade.

9 de dezembro de 2016. — O Administrador, *Mário Luís Guerra de Sequeira e Cunha*.

210096945

**PARTE G****APDL — ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S. A.****Edital n.º 1084/2016**

A APDL — Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A., no uso de competências próprias, conferidas nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 novembro, e delegadas nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, vem, em cumprimento da alínea c) do n.º 5 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, através deste Edital, afixado nos locais de estilo, designadamente nas instalações da APDL, S.A sitas em Peso da Régua, publicitar que foi apresentado junto desta Administração Portuária, pelo particular Sérgio Augusto de Carvalho Magalhães, um pedido para atribuição de título de utilização privativa para exploração da fluvina existente no Cais do Pocinho, na margem esquerda do rio Douro, ao Km 183,00 da Via Navegável do Douro, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda, em área de jurisdição da APDL, S. A., destinado à atividade de promoção náutica de recreio, por um prazo máximo de cinco anos, com início a 1 de julho de 2017.

Mais se informa que o requerente goza de direito de preferência, nos termos legais, na atribuição do título para a utilização privativa supra referida.

Face ao exposto, eventuais interessados na utilização privativa daquela parcela têm a possibilidade de, no prazo de 30 dias úteis, a contar a partir do dia seguinte à data de assinatura do presente Edital, requererem para si, junto dos serviços da APDL, sitos na Av. Sacadura Cabral — Godim, 5050-071 Peso da Régua ou através de correio eletrónico para [douro@apdl.pt](mailto:douro@apdl.pt), a emissão do título com o mesmo objeto e finalidade ou apresentar objeções à atribuição do título ora publicitado, tudo nos termos das disposições legais citadas.

14 de dezembro de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *Emílio Brogueira Dias*.

210095349

**Edital n.º 1085/2016**

A APDL — Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A., no uso de competências próprias, conferidas nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 novembro, e delegadas nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, vem, em cumprimento da alínea c) do n.º 5 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, através deste Edital, afixado nos locais de estilo, designadamente nas instalações da APDL, S.A sitas em Peso da Régua, publicitar que foi apresentado junto desta Administração Portuária, por João Rui Branco,

Sociedade Unipessoal, L.ª, um pedido para atribuição de título de iniciativa particular do domínio público hídrico para gestão/exploração da fluvina, do quebra-mar e rampa de varar localizados no Cais de Entre-os-Rios, na margem direita do rio Douro, ao km 48,00 da Via Navegável do Douro, no concelho de Penafiel, distrito do Porto, em área de jurisdição da APDL, S. A., destinado à náutica de recreio e atividades marítimo-turísticas, por um prazo máximo de 5 anos.

Mais se informa que o requerente goza de direito de preferência, nos termos legais, na atribuição do título para a utilização privativa supra referida.

Face ao exposto, eventuais interessados na utilização privativa daquela parcela têm a possibilidade de, no prazo de 30 dias úteis, a contar a partir do dia seguinte à data de assinatura do presente Edital, requererem para si, junto dos serviços da APDL, sitos na Av. Sacadura Cabral — Godim, 5050-071 Peso da Régua ou através de correio eletrónico para [douro@apdl.pt](mailto:douro@apdl.pt), a emissão do título com o mesmo objeto e finalidade ou apresentar objeções à atribuição do título ora publicitado, tudo nos termos das disposições legais citadas.

14 de dezembro de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *Emílio Brogueira Dias*.

210095316

**CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.****Deliberação n.º 1904/2016**

Por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar de 06.12.2015:

Manuel Rodrigues Silva Parreira, Assistente Graduado de Cirurgia, do Mapa de Pessoal do CHAlgarve, EPE, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — autorizado a acumular funções Públicas, ao abrigo do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014 de 20/6, no Hospital José Joaquim Fernandes em Beja, pelo período de um ano, contado a partir da data da referida deliberação.

13 de dezembro de 2015. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Carvalho*.

210096726

**Deliberação n.º 1905/2016**

Por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar de 24-11-2016:

Maria Helena Batista Boeiro, a exercer funções de Técnica Coordenadora de Radiologia da Unidade de Faro, da carreira

de Técnico Diagnóstico e Terapêutica, do Mapa de Pessoal do CHAlgarve, E. P. E., em regime de contrato de trabalho em funções públicas — autorizada a acumular funções públicas, em regime de trabalho subordinado, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 35/2014, de 20/6, na Escola Superior de Saúde da Ualg, como Assistente Convidada, pelo período de um ano, com efeitos a 15 de setembro de 2016.

13-12-2016. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Carvalho*.

210096337

## CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.

### Deliberação (extrato) n.º 1906/2016

Por deliberação do Conselho de Administração de 2016/12/14:

Deliberação: Pedro Manuel Marques Viçoso, Enfermeiro em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado em funções públicas do Centro Hospitalar Baixo Vouga, autorizada a acumulação de funções privadas na Renault, C.A.C.I.A., S. A., nos termos do n.º 2 do artigo 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014 de 20/06.

(Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

2016/12/15. — A Técnica Superior do SGRH, *Aida Maria Marques Tavares Valente*.

210096394

## HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM, E. P. E.

### Aviso n.º 16082/2016

Por despacho do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Santarém, E. P. E., de 24 de novembro de 2016, foram nomeados para o cargo de enfermeiros chefes em comissão de serviço de direito privado, os enfermeiros Sílvia Maria Cordeiro Costa Fragoso, Carla Maria da Cunha Diogo Cordeiro, Maria Manuela Delgado Freire, Marta Isabel Ferreira de Sousa, Clara Maria Moreira Teixeira Simões, Carlos Metelo André, Maria Fátima Diogo Lourenço, Maria Isabel Santos Batalha, António Manuel Simeão Mendes, Maria Conceição Delgado Fazenda, Maria de Fátima Cordeiro dos Santos, Domingos Filipe Coelho Correia, Ana Lúcia Arrigada Gonçalves com efeitos a 01-12-2016.

15 de dezembro de 2016. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *João Maria Roxo Vaz Rico*.

210096345



## PARTE H

### ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES

#### Aviso n.º 16083/2016

1 — Nos termos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por meu despacho de 12/10/2016, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Associação de Freguesias do Concelho de Chaves.

2 — Caracterização do Posto de trabalho:

Um posto de trabalho na categoria e carreira de Técnico Superior na área de Engenharia das Ciências Agrárias.

3 — Local de trabalho; na área do Concelho de Chaves.

4 — Caracterização do posto de trabalho, para além do conteúdo funcional da carreira/categoria: o planeamento e gestão dos recursos hídricos, elaboração de Programas de Controlo e Qualidade da Água, Introdução Anual dos Dados de Qualidade da Água, registo de incumprimentos, pedidos de contra análises, o tratamento de dados no Portal da ERSAR, DGEG, DGS e APA, implementação e coordenação de projetos formativos e sociais financiados pelo Portugal 2020, bem como, acompanhamento técnico na aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

5 — Posicionamento remuneratório, em conformidade com o previsto no artigo 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

5.1 — A remuneração será 1201,48 Euros, correspondente à 2.ª posição remuneratória, nível 15 da Tabela Remuneratória Única.

6 — Requisitos de Admissão:

6.1 — Os requisitos gerais são os previstos no artigo 17.º, da LGTFP:

- Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição por convenção internacional ou por lei especial;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido de exercício de funções públicas ou não interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais: Poderão candidatar-se todos os indivíduos com ou sem relação jurídica de emprego público, detentores de Licenciatura na área de Engenharia das Ciências Agrárias, com experiência profissional comprovada competência técnica e aptidão para o exercício das funções inerente ao posto de trabalho a ocupar.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em suporte de papel, mediante preenchimento de formulário tipo, disponível na página eletrónica da AFCC (<http://afconline.pt/>), podendo ser entregues pessoalmente na sede da Associação de Freguesias do Concelho de Chaves, remetidas por correio registado com aviso de receção dirigido ao Presidente do Conselho da Administração, Avenida Tenente Valadim — Edifício Maria Rita- 1.º andar 5400 — 558 Chaves, com indicação do Procedimento Concursal a que se candidata, com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadora do posto de trabalho a ocupar, devendo conter, obrigatoriamente a indicação completa do candidato (nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal, número do cartão de cidadão e sua data de validade, morada, código postal, telefone e endereço eletrónico).

7.2 — Devem os candidatos apresentar juntamente com as candidaturas os seguintes documentos:

7.2.1 — Fotocópia do certificado de habilitações literárias;

7.2.2 — *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado, acompanhado de fotocópias dos documentos comprovativos dos factos nele referidos,

7.2.3 — Declaração autenticada pelo serviço público a que se encontra vinculado, em que conste a natureza da relação jurídica de emprego público, a antiguidade na carreira/categoria em que se encontra inserido, a menção de desempenho obtida nos últimos três anos, descrição das atividades/funções que atualmente executa, a posição remuneratória e o nível remuneratório que detém.

8 — É motivo de exclusão, a não apresentação dos documentos referidos nos pontos anteriores.

9 — Os métodos de seleção a aplicar no presente procedimento concursal serão os seguintes:

1 — No recrutamento de candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora dos postos de trabalho correspondente a este procedimento, ou tratando-se de candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou